



**Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça**

PORTARIA NORMATIVA Nº 776, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2021

Estabelece protocolos para a realização de eventos institucionais virtuais nas modalidades telepresencial e híbrida, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,
no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o advento da realidade inovadora com a possibilidade da utilização de tecnologias que permitam a realização do teletrabalho, da teleconferência e da transmissão de eventos institucionais via internet;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das regras protocolares de cerimonial público aos eventos virtuais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos que permitam estruturar a organização de eventos institucionais de forma virtual; e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a utilização de canais e perfis oficiais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios nas redes sociais na realização de eventos virtuais,

RESOLVE:



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

Art. 1º Regulamentar os procedimentos relativos à realização de eventos institucionais virtuais nas modalidades telepresencial e híbrida (participação virtual e presencial) no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º A coordenação e a realização de eventos institucionais virtuais no âmbito do MPDFT é de responsabilidade da unidade demandante, que deverá indicar, dentre seus integrantes, o gestor responsável pelo evento.

Parágrafo único. Ao gestor do evento compete a coordenação, a execução, a articulação e o assessoramento às unidades que prestarão apoio técnico, em conformidade com as atribuições regimentais de cada unidade.

Art. 3º Ficam estabelecidas como unidades administrativas de apoio técnico à realização de eventos institucionais virtuais a Secretaria de Comunicação, o Cerimonial, a Secretaria de Administração, a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, quando houver a participação do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 4º À Secretaria de Comunicação, por meio da Divisão de Comunicação Digital, compete assessorar e gerenciar as transmissões de eventos institucionais virtuais nos canais e perfis oficiais do MPDFT nas redes sociais.

Art. 5º Ao Cerimonial compete planejar, orientar e desenvolver as ações referentes à operacionalização das atividades protocolares nos eventos institucionais virtuais, respeitando as normas oficiais de cerimonial público.

Art. 6º À Secretaria de Administração, por meio do Serviço de Controle de Infraestrutura de Audiovisual, compete realizar a operação de equipamentos de áudio e vídeo para transmissão de eventos institucionais virtuais, bem como assessorar a Secretaria de Comunicação nas ações específicas de transmissões em canais e perfis oficiais do MPDFT nas redes sociais.

Art. 7º À Secretaria de Tecnologia da Informação compete prestar suporte técnico nas ações necessárias para atender às demandas de tecnologia da informação nos



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

eventos institucionais virtuais.

Art. 8º Ficam aprovados os processos de trabalho para a realização dos eventos institucionais virtuais, na forma do Anexo desta Portaria.

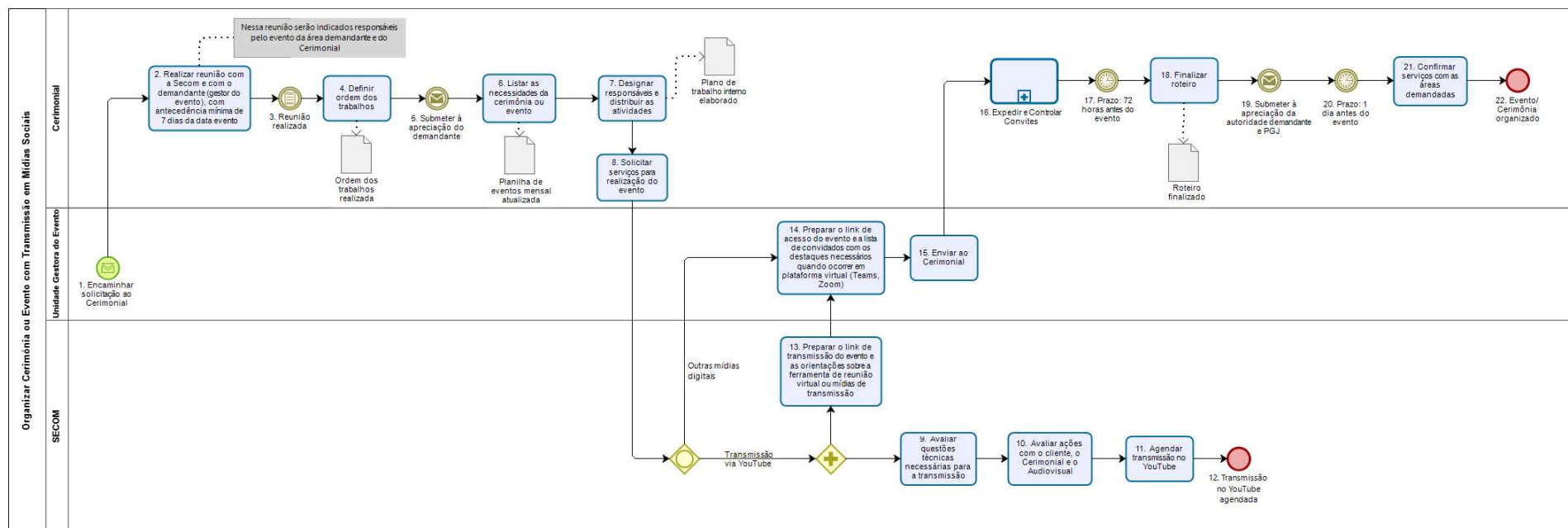
Parágrafo único. Os processos de que trata o *caput* deste artigo serão publicados na intranet do MPDFT, no menu Processos Organizacionais.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

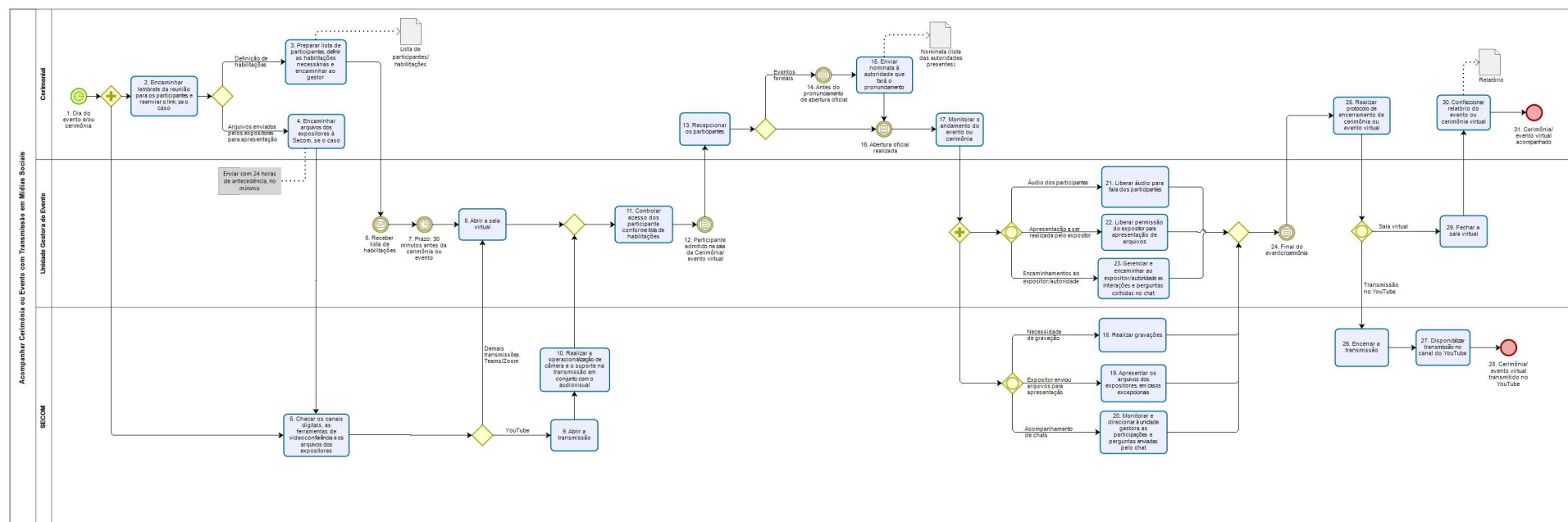
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

Organizar Cerimônia ou Evento com Transmissão em Mídias Sociais



Acompanhar Cerimônia ou Evento com Transmissão em Mídias Sociais



Realizar Transmissão Interna de Reuniões ou Sessões dos Órgãos Colegiados do MPDFT

